



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
 COMARCA de São Carlos  
 FORO DE SÃO CARLOS  
 2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES  
 RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

### SENTENÇA

Processo nº: **1004895-11.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha**  
 Requerente: **Pedro Bernardo Gomes da Silva**  
 Requerido: **Jefferson Gomes da Silva**

Juiz de Direito: Dr. **Caio Cesar Melluso**

Vistos.

Trata-se de inventário dos bens deixados pelo falecimento de **Jefferson Gomes da Silva**, em que consta a existência de herdeiro incapaz.

Foram deferidos os benefícios da gratuidade à parte autora às fls. 21/22.

O valor do espólio é inferir a 1.000 salários-mínimos e se trata de herdeiro único, estando o Ministério Público de acordo com a adjudicação do bem pelo inventariante. Não há notícia sobre a existência de credores.

Neste quadro, **de rigor o processamento do inventário pelo rito do arrolamento**, sendo que, com a vigência da nova legislação processual, não será necessária avaliação do espólio (art. 661). Igualmente, não cabe a instauração de expediente para apuração do ITCMD, já que nos termos do artigo 662 do Código de Processo Civil, *não serão conhecidas ou apreciadas questões relativas ao lançamento, ao pagamento, ou à quitação de taxas judiciárias e de tributos incidentes sobre a transmissão da propriedade dos bens do espólio*. Por este motivo, as autoridades fazendárias não ficam sujeitas aos valores atribuídos pelos herdeiros (§ 1º, art. 662), sendo que o Fisco deverá ser intimado para o lançamento administrativo do ITCMD e de outros tributos eventualmente incidentes após o trânsito em julgado da sentença que homologa a partilha ou a adjudicação (§ 2º, art. 659).

Ante o exposto, ressalvados eventuais erros, omissões ou direitos de terceiros, **JULGO E HOMOLOGO**, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a adjudicação (fls. 01/04) da totalidade dos bens deixados pelo falecimento de **Jefferson Gomes da Silva** ao seu herdeiro único.

Não havendo interesse recursal, nos termos do artigo 1.000 do Código de Processo Civil, anoto o **trânsito em julgado da sentença nesta data**, dispensando o Cartório de lançar certidão.

De acordo com o Provimento 31/2013 das Normas da Corregedoria, desnecessária



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES  
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

a expedição de Formal de Partilha/Carta de Adjudicação ou aditamento, neste Ofício Judicial, ficando facultado ao interessado e/ou seu(sua) Advogado informar o número do processo digital a um dos Cartórios de Notas da Comarca, que providenciará a expedição do necessário para o registro.

1. Intime-se o Fisco.
2. Ciência ao Ministério Público.
3. Cumpridas as determinações, feitas as comunicações de praxe, arquivem-se,

com as cautelas de estilo.

P.I.C.

São Carlos, 17 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**